

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 24.01/2025-PMI/DIVERSAS



A Prefeitura de Iguatu-Ce, por intermédio da Secretaria de Educação, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Quinze de Novembro, nº. 606, Centro, 63.500-011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 14.790.822/0001-28, neste ato, representada pela senhora Natália Bastos Ferreira Tavares, Secretária de Educação, inscrita no CPF/MF sob o nº. 649.617.883-68, daqui por diante denominada de "**ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA**" e, do outro lado, a empresa S J DA SILVA, com sede na Av. Sabino Antunes da Silva Nº: 40, Galpão 05, Bairro: Cohabs, Iguatu-CE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 28.384.999/0001-39, neste ato, representada pelo senhor Sebastião José da Silva, Empresário Individual, inscrito no CPF/MF sob o nº. 716.486.583-34, daqui por diante denominada de "**FORNECEDOR BENEFICIÁRIO DA ATA**", considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, tombada sob o nº. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE/SRP-2025.09.05.01-PMI/DIVERSAS**, para registro de preços, **RESOLVEM** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital do pregão supra e, ainda, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 e suas alterações, que institui e regulamenta no âmbito das Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, prevista no art. 6º, inciso XLI do diploma legal acima citado; pelo Decreto Municipal nº. 018, de 31/03/2023, que regulamenta a Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos, no âmbito do município de Iguatu/CE e dá outras providências; pela Instrução Normativa SEGES/ME nº. 73, de 30/09/2022, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por "menor preço" ou "maior desconto", na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional; pelo Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023, que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, no âmbito da Administração Pública Federal, onde, considerando ausência de regulamentação própria do município acerca do tema, serão aplicados os regulamentos editados pela União indicados acima, conforme autorização legal constante no art. 187, caput, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 e, ainda, em conformidade com as disposições a seguir:

1 - DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

1.1 - O órgão responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços decorrente desse pregão, será a Prefeitura de Iguatu-Ce, através da **Secretaria Municipal da Educação**, conforme competência estabelecida pelo inciso IX do art. 7º do Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023;

1.2 - Serão participantes os seguintes órgãos:

- 1.2.1 - Secretaria Municipal de Governo
- 1.2.2 - Secretaria Municipal de Fazenda
- 1.2.3 - Secretaria Municipal de Gabinete
- 1.2.4 - Secretaria Municipal da Saúde
- 1.2.5 - Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos e Cidadania
- 1.2.6 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
- 1.2.7 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário
- 1.2.8 - Secretaria do Esporte e Juventude
- 1.2.9 - Procuradoria Geral do Município
- 1.2.10 - Secretaria da Segurança Pública Municipal
- 1.2.11 - Secretaria Municipal da Infraestrutura
- 1.2.12 - Secretaria de Cultura e Turismo
- 1.2.13 - Secretaria de Direitos da Pessoa Com Deficiência
- 1.2.14 - Secretaria Municipal de Proteção Animal
- 1.2.15 - Controladoria e Ouvidoria Geral do Município
- 1.2.16 - Secretaria do Trânsito e Transporte do Município
- 1.2.17 - Secretaria de Meio Ambiente



2 - DO OBJETO

2.1. A ata tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para serviços de reforma e recuperação de mobiliário, para atender as necessidades das diversas unidades administrativas (secretarias) da Prefeitura Municipal de Iguatu/CE.

3 - DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E REGISTRO DOS PREÇOS DOS ITENS

3.1. Os preços registrados, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem, conforme planilha abaixo:

GRUPO DE ITENS 01					
(Ampla Participação)					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE REPARO, RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE BIRÔS 1 GAVETA DE MADEIRA COM REVESTIMENTO EM FÓRMICA E ESTRUTURA DE FERRO MEDINDO 1,20 X 80 X 75, COM TROCA DE FECHADURA	SERV.	402	R\$ 125,00	R\$ 50.250,00
2	SERVIÇO DE REPARO, RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE BIRÔS 2 GAVETAS DE MADEIRA COM REVESTIMENTO EM FÓRMICA E ESTRUTURA DE FERRO MEDINDO 1,20 X 80 X 75, COM TROCA DE FECHADURA	SERV.	391	R\$ 140,00	R\$ 54.740,00
3	SERVIÇO DE REPARO, RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE BIRÔS EM L COM 2 GAVETAS DE MADEIRA COM REVESTIMENTO EM FÓRMICA E ESTRUTURA DE FERRO, COM TROCA DE FECHADURA	SERV.	136	R\$ 145,00	R\$ 19.720,00
4	SERVIÇO DE REPARO, RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE MESA DE REUNIÃO REDONDA EM MADEIRA COM REVESTIMENTO EM FÓRMICA E ESTRUTURA DE FERRO MEDINDO APROXIMADAMENTE 90 CM X 75	SERV.	207	R\$ 105,00	R\$ 21.735,00
5	SERVIÇO DE REPARO, RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE MESA DE REUNIÃO EM MADEIRA COM REVESTIMENTO EM FÓRMICA E ESTRUTURA DE FERRO MEDINDO APROXIMADAMENTE 200 CM X 80 CM X 75 CM	SERV.	220	R\$ 153,00	R\$ 33.660,00
6	SERVIÇO DE REPARO, RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE BANCOS DE MADEIRA COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 3,00 X 0,90 X 0,80 CM E ESTRUTURA DE FERRO	SERV.	220	R\$ 158,00	R\$ 34.760,00
7	SERVIÇO DE REPARO, RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE GUICHÊS DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO, DE MADEIRA, COM REVESTIMENTO EM MDF, ESTRUTURA METÁLICA, GAVETAS E CPU.	SERV.	220	R\$ 397,00	R\$ 87.340,00
8	SERVIÇO DE REPARO, RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE ARMARIO DE ESCRITORIO EM MADEIRA RESVETIDO EM FORMICA, COM TROCA DE PEÇAS E FERRAGENS.	SERV.	156	R\$ 154,01	R\$ 24.025,56
9	SERVIÇO DE REPARO, RECUPEÇÃO E ADAPTAÇÃO DE CADEIRA COM ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO, BASE EM FERRO 4 PERNAS TIPO PALITO, COM SERVIÇO DE SOLDA E TROCA DE PEÇAS.	SERV.	660	R\$ 174,00	R\$ 114.840,00
10	SERVIÇO DE REPARO, RECUPEÇÃO E ADAPTAÇÃO DE CADEIRA ESTOFADA, BASE EM FERRO 4 PERNAS TIPO PALITO, COM SERVIÇO DE ESTOFADO, SOLDA E TROCA DE PEÇAS.	SERV.	800	R\$ 195,00	R\$ 156.000,00
11	SERVIÇO DE REPARO, RECUPEÇÃO E ADAPTAÇÃO DE CADEIRA EM POLIPROPILENO, COM BASE GIRATÓRIA, COM SERVIÇO DE SOLDA E TROCA DE PEÇAS.	SERV.	600	R\$ 155,00	R\$ 93.000,00
12	SERVIÇO DE REPARO, RECUPEÇÃO E ADAPTAÇÃO DE CADEIRA ESTOFADA, COM BASE GIRATÓRIA, COM SERVIÇO DE ESTOFADO, SOLDA, E TROCA DE PEÇAS	SERV.	600	R\$ 202,00	R\$ 121.200,00
13	SERVIÇO DE REPARO, RECUPEÇÃO E ADAPTAÇÃO DE CADEIRA TIPO LONGARINA ESTOFADA 3 LUGARES, COM BASE EM ESTRUTURA METALICA, COM SERVIÇO DE ESTOFADO, SOLDA E TROCA DE PEÇAS.	SERV.	381	R\$ 207,00	R\$ 78.867,00
14	SERVIÇO DE REPARO, RECUPEÇÃO E ADAPTAÇÃO DE CADEIRA TIPO LONGARINA ESTOFADA 4 LUGARES, COM BASE EM ESTRUTURA METALICA, COM SERVIÇO DE ESTOFADO, SOLDA E TROCA DE PEÇAS.	SERV.	352	R\$ 210,00	R\$ 73.920,00
15	SERVIÇO DE REPARO, RECUPEÇÃO E ADAPTAÇÃO DE CADEIRA TIPO LONGARINA EM POLIPROPILENO 3 LUGARES, COM BASE EM ESTRUTURA METALICA, COM SERVIÇO DE SOLDA E TROCA DE PEÇAS.	SERV.	342	R\$ 208,00	R\$ 71.136,00
16	SERVIÇO DE REPARO, RECUPEÇÃO E ADAPTAÇÃO DE CADEIRA TIPO LONGARINA EM POLIPROPILENO 4 LUGARES, COM BASE EM ESTRUTURA METALICA, COM SERVIÇO DE SOLDA E TROCA DE PEÇAS.	SERV.	302	R\$ 214,59	R\$ 64.806,18
					R\$ 1.099.999,74

GRUPO DE ITENS 02					
(Ampla Participação)					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE REPARO, RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE MESA DO PROFESSOR COM TAMPO EM MADEIRA COM REVESTIMENTO COM FÓRMICA E ESTRUTURA DE FERRO.	SERV.	200	R\$ 150,00	R\$ 30.000,00

2	SERVIÇO DE REPARO, RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE CARTEIRAS ESCOLARES COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS E SOLDA.	SERV.	3000	R\$ 90,00	R\$ 270.000,00
3	SERVIÇO DE REPARO, RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE REVESTIMENTO EM LOUSA (QUADRO BRANCO PARA PINCEIS). TAM: 1,20 X 1,50M.	SERV.	250	R\$ 180,00	R\$ 45.000,00
4	SERVIÇO DE REPARO, RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE BERÇOS EM MADEIRA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS.	SERV.	50	R\$ 160,00	R\$ 8.000,00
5	SERVIÇO DE REPARO, RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE MESAS ESCOLARES COM TAMPO EM MADEIRA COM REVESTIMENTO COM FÓRMICA, SOLDA E ESTRUTURA DE FERRO. MEDIDA DO TAMPO 45X60 CM	SERV.	1000	R\$ 90,00	R\$ 90.000,00
6	SERVIÇO DE REPARO, RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE MESAS ESCOLARES COM TAMPO EM POLIPROPILENO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, SOLDA E ESTRUTURA DE FERRO. MEDIDA DO TAMPO 45X60 CM	SERV.	1000	R\$ 100,00	R\$ 100.000,00
7	SERVIÇO DE REPARO, RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE CADEIRAS ESCOLARES COM ASSENTO ENCOSTO EM POLIPROPILENO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, SOLDA E ESTRUTURA DE FERRO.	SERV.	1000	R\$ 105,00	R\$ 105.000,00
8	SERVIÇO DE REPARO, RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE CADEIRAS DO PROFESSOR COM ASSENTO ENCOSTO EM POLIPROPILENO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, SOLDA E ESTRUTURA DE FERRO.	SERV.	200	R\$ 120,00	R\$ 24.000,00
9	SERVIÇO DE REPARO, RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE MESA DE 04 LUGARES PARA REFEITÓRIO, TAMPO EM MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO E 02 BANCOS ACOPLADOS, MEDINDO 1,10M X 0,70M DE LARGURA E 0,80M DE ALTURA COM REVESTIMENTO EM FÓRMICA.	SERV.	80	R\$ 230,00	R\$ 18.400,00
10	SERVIÇO DE REPARO, RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE CONJUNTO DE REFEITÓRIO MESA E BANCO PARA REFEITÓRIO EM MADEIRA MEDINDO 2,50M X 1,50M E 0,80M DE ALTURA REVESTIDA EM FÓRMICA, COM BANCO DE MADEIRA EM ANEXO MEDINDO 3,20M X 0,40M X 0,40M DE ALTURA	SERV.	80	R\$ 649,75	R\$ 51.980,00
11	SERVIÇO DE REPARO, RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE CONJUNTO DE REFEITÓRIO 8 CADEIRAS COM TAMPO EM MADEIRA E REVESTIMENTO EM FÓRMICA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, SOLDA E ESTRUTURA DE FERRO. MEDIDA DO TAMPO 0,80X2,20 M	SERV.	80	R\$ 554,00	R\$ 44.320,00
12	SERVIÇO DE REPARO, RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE MESAS ESCOLAR PARA CADEIRANTE COM TAMPO EM MADEIRA E REVESTIMENTO EM FÓRMICA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, SOLDA E ESTRUTURA DE FERRO	SERV.	10	R\$ 220,00	R\$ 2.200,00
13	SERVIÇO DE REPARO, RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE CAVALETES, COM EXPOSITOR ADAPTADO COM REVESTIMENTO PARA LOUSA BRANCA QUE UTILIZA PINCEL, MEDINDO 1,5M X 1,0M.	SERV.	300	R\$ 187,00	R\$ 56.100,00
				R\$ 845.000,00	

Valor Total Registrado: R\$ 1.944.999,74 (um milhão novecentos e quarenta e quatro mil novecentos e noventa e nove centavos)

4 - DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Considerando a necessidade de conclusão célere do procedimento e, considerando que todos os órgãos que compõem a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal enviaram suas demandas para o planejamento do objeto da licitação, neste exercício de 2025, sendo consolidada as informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo de cada órgão e, conseqüentemente, promovido a consolidação dos documentos de formalização de demanda, portanto, a realização de procedimento público auxiliar de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública Municipal na ata de registro de preços foi dispensada.

5 - DO REGISTRO DE PREÇOS

- 5.1. As especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive as quantidades máximas de cada item que poderá ser adquirida pela Administração, estão devidamente previstos no Termo de Referência, convertido em Anexo I do Edital e dele fazendo parte integrante e complementar.
- 5.2. Não será permitido ser cotada quantidade inferiores as quantidades estabelecidas no Edital para cada um dos itens que compõem os grupos de itens para registro.
- 5.3. Não haverá a possibilidade de preços diferentes para nenhum dos itens que compõem os grupos de itens para registro, haja vista que o objeto do certame não se enquadra nas hipóteses das alíneas "a" à "d" do inciso III do caput do art. 82 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

6 - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

6.1. A averiguação da disponibilidade financeira, com a indicação da funcional programática por onde ocorrerá a despesa e a classificação econômica da contratação somente será exigida para a formalização do contrato ou de

outro instrumento hábil, considerando que a licitação será realizada para registro de preços, com fulcro no art. 17, caput, do Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023.

7 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA E CADASTRO DE RESERVA

7.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

7.1.1. serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado que não haverá possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e obrigarse nos limites dela.

7.1.2. será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

7.1.2.1. dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

7.1.2.2. dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original; e

7.1.3. será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

7.2. O registro a que se refere o subitem (7.1.2) tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

7.3. Para fins da ordem de classificação do cadastro de reservas, os licitantes ou fornecedores de que trata o subitem (7.1.2.1) antecederão aqueles de que trata o subitem (7.1.2.2).

7.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem o item (7.2) somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

7.4.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

7.4.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas em Lei.

8 - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **01 (um) ano**, contado do primeiro dia útil subsequente à data da devida divulgação da ata nos meios legais, podendo ser prorrogado por igual período, inclusive com a renovação do quantitativo inicialmente registrado em caso de prorrogação de vigência da ata de registro de preços, conforme entendimento segmentado em parecer da Advocacia Geral da União¹, mediante autorizado formalmente da autoridade competente, e caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea:

8.1.1. Fornecimento regular dos produtos durante a vigência da ata de registro de preços;

8.1.2. Não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;

8.1.3. Manutenção do interesse pela Administração nas condições da ata;

8.1.4. Que seja comprovado os preços vantajosos constantes na ata;

8.1.5. Que haja previsão expressa no edital e na ata de registro de preços;

8.1.6. Que o tema tenha sido tratado no planejamento da contratação;

8.1.7. Que a prorrogação da ata de registro de preços ocorra dentro do prazo de sua vigência;

8.1.8. Concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação.

8.2. Os contratos decorrentes da ata de registro de preços terão suas **vigências por 12 (doze) meses**, contados de sua assinatura, por serem considerados de natureza essencial e continua, com fundamento no art. 36, do decreto federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, observado o disposto no art. 105 da lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

9 - DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMOS DE QUANTITATIVOS

9.1. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

10 - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

¹ ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO. COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE AQUISIÇÕES. PARECER Nº 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU. *Consulta a respeito da possibilidade de renovação do quantitativo inicialmente registrado em caso de prorrogação de vigência da ata de registro de preços. Fixação da interpretação do art. 84, da Lei nº 14.133/2021 (NLLC), e dos arts. 22 e 23, do Decreto nº 11.462, de 2023. Conclusão pela possibilidade de renovação do quantitativo inicialmente registrado em caso de prorrogação de vigência da ata de registro de preços.

10.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados nas seguintes situações:

10.1.1. para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da ata em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida na ata;

10.1.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

10.1.3. na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados.

11 - DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

11.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

11.1.2. Na hipótese prevista no subitem (11.1.1), o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

11.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos previstos na ata, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

11.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

11.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

11.2.1. Para fins do disposto no item (11.2), o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

11.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto na ata, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, e na legislação aplicável.

11.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem (11.2.2), o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023.

11.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto na ata, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

11.2.5. Na hipótese de comprovação do disposto no item (11.2) e no subitem (11.2.1), o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

11.2.6. O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

12 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS

12.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

12.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;



12.1.2. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

12.1.3. não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27 do Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023; ou

12.1.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

12.2. Na hipótese prevista no subitem (12.1.4), caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

12.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item (12.1) será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

12.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, se manifestarem no sentido de aceitar ou não assinar a ata de registro de preços.

12.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

12.5.1. por razão de interesse público;

12.5.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

12.5.3. se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023 e previstas na ata.

13 - DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA

13.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

13.2. O remanejamento de que trata o item (13.1) somente será feito:

13.2.1. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

13.2.2. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

13.3. O órgão ou a entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o item (13.1).

13.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites para as adesões previstos na ata.

13.5. Para fins do disposto no item (13.1), competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

13.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

14 - DAS ADESÕES

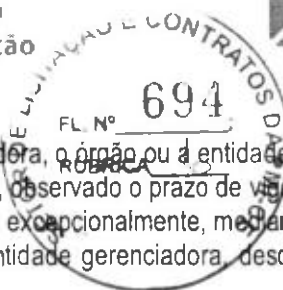
14.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

14.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

14.1.2. demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021; e

14.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

14.2. A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.



14.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetuará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

14.4. O prazo previsto no item (14.3) poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

14.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos na ata.

15 - DOS LIMITES PARA AS ADESÕES

15.1. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata a cláusula 24:

15.1.1. as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e

15.1.2. o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

16 - DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

16.1. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.1.1. Os instrumentos de que trata o item (16.1) serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

16.1.2. Os contratos decorrentes da futura ata de registro de preços terão suas vigências por **12 (doze) meses**, contados de sua assinatura, por serem considerados de natureza essencial e contínua, com fundamento no art. 36, do decreto federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, observado o disposto no art. 105 da lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

17 - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

17.1. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021.

18 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA E DOS CASOS OMISSOS

18.1. A presente ata de registro de preços rege-se-á pelos termos da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores e pelo Decreto nº. 11.462, de 31/03/2023, que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, no âmbito da Administração Pública Federal, o qual será aplicado pelo município de Iguatu/CE, conforme autorização legal constante no art. 187, caput, da Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, as quais também serão utilizadas para elucidação dos casos por ventura omissos neste instrumento.

19 - CONDIÇÕES GERAIS E DO FORO

19.1. Caso a formalização da contratação se dê por meio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil que não seja o instrumento contratual, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, deverão ser observadas as condições gerais da prestação dos serviços, tais como: prazos para execução, as obrigações da Administração e do fornecedor beneficiário, penalidades e demais condições do ajuste, que encontram-se definidas na minuta do contrato, convertida em Anexo III do edital do processo administrativo de licitação que decorreu a presente Ata de Registro de Preços, e dela faz parte, independente de transcrição, e as partes se vincularão aos seus termos na constância da execução do objeto da presente ata;

19.2. Fica eleito o foro da Comarca do Município de Iguatu, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda da presente Ata de Registro de Preços, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.



Iguatu-Ce, 14 de outubro de 2025.



Natália Bastos Ferreira Tavares
Secretária Municipal da Educação
Portaria nº 023/2025
Órgão Gerenciador

S J DA
SILVA:28384999000139

Assinado de forma digital por S J
DA SILVA:28384999000139
Dados: 2025.10.15 10:19:13 -03'00'

Sebastião José da Silva
Empresário Individual
S J DA SILVA
Fornecedor Registrado

Testemunhas:

1) 
CPF 511.917.903-30

2) 
CPF 748.589.423-00